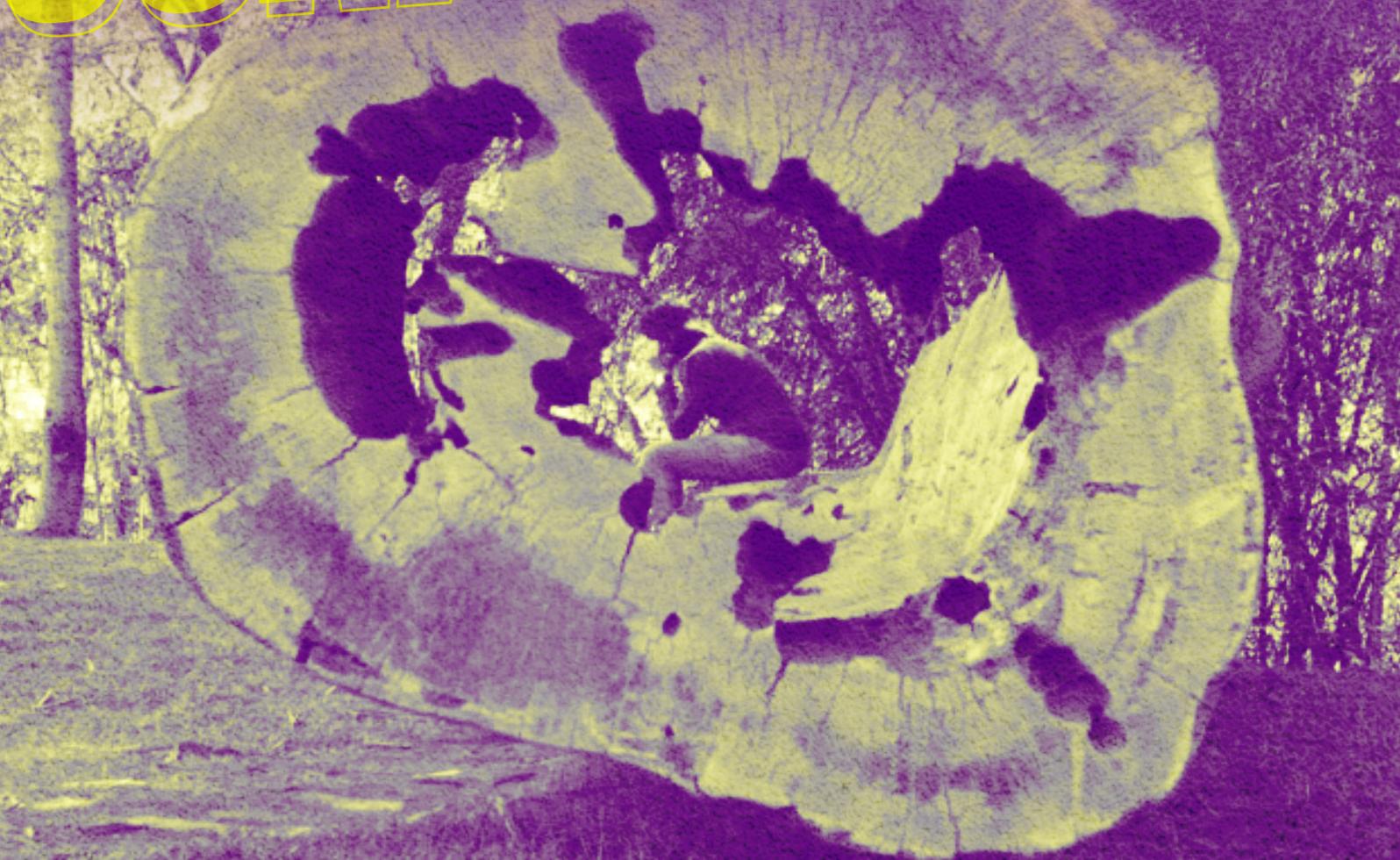


ALMIREZ MARTINS MACHADO • ANDRÉ BRAYNER DE FARIAS • ANDREA POTESTÀ • CARLA RODRIGUES • CARLOS MORUJÃO
DIRCE SOLIS • EVANDO NASCIMENTO • FÁBIO CAPRIO L. DE CASTRO • FÁBIO CIARAMELLI • FERNANDA MARTINS
FRANCIS WADE • FRANCISCO FERNÁNDEZ-JARDÓN • GEORGE YANCY • GÉRARD BENSUSSAN
JEAN-LUC NANCY • JÉRÔME LÈBRE • JUAN CARLOS VELASCO • JUDITH BUTLER • KLINGER SCORALICK (ORG.)
MARCIA SÁ CAVALCANTE SCHUBACK • MÁRCIO SELIGMANN-SILVA • NILMA LINO GOMES • OLGÁRIA MATOS
OSWALDO GIACOIA JUNIOR • PABLO DREIZIK • ROBERTO ESPOSITO • SIMON CRITCHLEY • VIRGINIA DE ARAUJO FIGUEIREDO

FILOSOFIA EM CONFINAMENTO



A POSSIBILIDADE DE UMA EXPERIÊNCIA POLÍTICA

FRANCISCO FERNÁNDEZ-JARDÓN

Tradução: Marcelo Eduardo Braga Jordana

A pandemia de Covid-19 criou uma situação inédita na história da humanidade. Provavelmente, trata-se da primeira vez que todos os seres humanos vivenciam, ao mesmo tempo, uma experiência comum de risco, incerteza e medo na primeira pessoa. O século XX foi uma escola de traumas coletivos de natureza muito diversa, alguns deles de verdadeiro horror; no entanto, nem mesmo as chamadas guerras mundiais se globalizaram à mesma escala que o coronavírus. Como é notório, as nações periféricas dos conflitos, longe das principais zonas onde os combates tiveram lugar, ou sem importância no desenvolvimento da guerra, viveram o conflito mundial a partir de uma distância afortunada. Esta distância física não impediu, contudo, a experiência partilhada da tragédia que atormentava a humanidade. O crescente acesso aos meios de comunicação, especialmente imprensa e rádio, aproximou os acontecimentos dramáticos das casas que ainda desfrutavam daquele bem precioso que era a paz. Sobre este conhecimento comum do sofrimento alheio foi assim construída a consciência do risco partilhado em um mundo que já era pequeno para a dinâmica destrutiva que se irrompeu

na vida humana. Se a empatia era possível com aqueles que sofreram o drama da guerra e do extermínio, mesmo que os seus nomes e histórias fossem ignorados, era porque, através do sentimento íntimo de repulsa perante a ignomínia, era concebível um laço com todos e cada um desses homens e mulheres anônimos sob a forma de uma humanidade partilhada. A escuridão de um terrível sofrimento iluminou com paradoxal lucidez o ser em comum dos humanos, a habitação partilhada do mundo do sofrimento e os espectadores horrorizados. Essa consciência da experiência de dor insuportável por tantos milhões de pessoas, mesmo quando a sua própria existência permaneceu anônima, invocou a proximidade de fazer parte desta dor, constituindo, assim, a comunidade universal daqueles que se viram na tragédia. O *Cosmópolis* só era concebível em opróbrio. Este alicerce no horror seja talvez, em certo sentido, a fonte mais primária de tudo aquilo que se chegou a chamar de direitos humanos.

Agora, no entanto, embora não estejamos a viver uma tragédia comparável - e, neste ponto, as analogias são odiosas, pois apenas obscurecem a memória do terror -, o impasse sanitário e socioeconômico coloca-nos perante a novidade de uma experiência partilhada por toda a humanidade que já não se sustenta numa empatia distante, como tantas outras vezes, mas na experiência em carne própria de uma situação angustiante. Não sei se em algum momento da história todos os povos da Terra sofreram do um mesmo mal coletivo, uma epidemia, por exemplo; mas duvido que tenha sido vivida sob o horizonte comum de uma humanidade comum, indo, portanto, além do paradigma comunitário da tribo, da cidade, da nação ou do império. Também não se trata de atribuir à pandemia uma função taumatúrgica capaz de alcançar a unidade nunca alcançada de uma humanidade dividida. A doença sempre acompanhou o ser humano no silêncio do sofrimento íntimo, mas estamos agora conscientes de uma vulnerabilidade partilhada, que se estende a todas as pessoas que habitam o planeta; mais ainda, à própria biosfera. A novidade do momento reside, portanto, nesta dupla dimensão: um mal – a enfermidade, a crise social, a incerteza, a angústia - universalmente vivido na primeira pessoa e um horizonte partilhado por toda a humanidade sob o qual se enquadra esta experiência. Portanto, uma comunidade universal de seres humanos que não nasce da contemplação empática da dor dos outros, mas da própria experiência da negatividade da existência; na qual não há observadores e observados, mas apenas participantes de uma experiência comum, sem qualquer mediação. Só o medo comum do apocalipse nuclear se assemelha, em certo sentido, a uma tal experiência de humanidade. Surpre-

endentemente, o que era um credo comum na Guerra Fria - que nós, humanos, formamos uma comunidade em risco, como Ulrich Beck mais tarde enunciaria - sob a ameaça atômica permanente, tornou-se subitamente uma realidade viva.

Mas a consciência de fazer parte de um destino comum tem o valor de um instante. O impacto da descoberta da nossa vulnerabilidade interdependente perde a sua instantaneidade assim que a gestão dessa vulnerabilidade reproduz as assimetrias e desigualdades que atravessam o nosso mundo. Afoga-se, desta forma, a experiência da constituição de uma comunidade na exposição à incerteza e ao perigo de vida humana, em suma, na existência precária, na fragmentação de um mundo plural, mas também dividido. Precisamente por isso tem o valor de uma experiência limite que descobre subitamente um horizonte até então desconhecido, ou melhor, ignorado, que a partir da imprecisão do potencial se atualiza na magnitude do real. Quando este instante de presentificação do possível desaparece, no entanto, tudo fica por fazer. O momento da ruptura dá lugar à ação e a experiência vivida pode tornar-se o fundamento de novas formas de estar no mundo. Isto não deve dar lugar a um otimismo excessivo: a renovação da experiência do mundo não tem de ser melhor. Existe a possibilidade, inclusive, de que nada aconteça e de que tudo fique igual; de que o momento que produz uma ampliação dos nossos horizontes mundanos, no sentido de uma comunidade global, se dilua na memória, sem que nada mude.

É por isso que falar agora pode ser um exercício inútil, não só porque o futuro permanece um segredo, mas também porque talvez não chegue a ocorrer nada de relevante para a experiência do mundo. Quiçá a pandemia da Covid-19 não passe de um marco na história da medicina e da economia, e nada mais. Mas, apesar de talvez ser mais razoável a opção pela cautela, alguns filósofos e intelectuais sustentam que a crise global desencadeada pela emergência sanitária e social constitui uma mudança de rumo nas formas de organização social e na ordem das expectativas socialmente aceitas. Esta unanimidade inicial, no entanto, não é tal quando se trata de determinar qual é o significado das alterações que virão. Por esta razão, a veemência das suas conclusões pode dar lugar a futuras retratações, uma vez que estas excursões especulativas são introduzidas no reino do imaginário, onde o conhecimento nada mais é do que previsão. Além disso, o conhecimento do social e, sobretudo, do humano, é sempre retrospectivo e está focado nos caminhos que a humanidade percorreu anteriormente. Os exercícios de previsão só podem intuir caminhos a seguir com base no que foi

vivido, sempre submetidos à indeterminação da ação humana, que se desdobra no mundo de uma forma aberta e imprevisível.

Da prudência preventiva imposta pela incerteza, o que podemos dizer hoje sobre o poder desta experiência de novidade na nossa maneira de habitar o mundo? A filosofia social e política, neste momento, pode tentar elucidar que novas direções se abrem a partir desta encruzilhada para a vida em comum. Os conceitos que a longa tradição filosófico-política ocidental forjou oferecem um repertório de chaves interpretativas para um mundo em constante – embora na maior parte do tempo imperceptível – mutação. Esta exposição à mudança, tão característica do político, confere a estes conceitos a flexibilidade para assumir circunstâncias sempre novas. É conveniente recordar isto, sobretudo, quando, ao utilizar conceitos seculares, nos sentimos ancorados no momento fundacional passado, em que uma determinada experiência do mundo subverteu para sempre o seu significado. Por esta razão, se uma experiência humana, como a que se nos abre agora, contém um elemento de novidade que é imperceptível para nós, isso não será expressado tanto pelas novas palavras que lhe dão nome, mas pelos novos significados que transbordam os velhos conceitos tal como os entendemos até agora.

Ignorando o que este interregno traumático trará - que é como Gramsci definiu este tempo entre o velho que morre e o novo que ainda não nasceu -, só podemos esperar pelo amanhecer de um novo viver a experiência política e pela chegada desse novo significado aos conceitos. Nessa ruptura, no entanto, é também possível encontrar a continuidade da própria razão da *polis*, que é a vida em comum do ser humano, a sua dependência constitutiva do seu estar natural na sociedade. A dialética da continuidade-ruptura não exprime senão a tensão inerente entre uma condição humana dependente dos outros e a sua abertura constitutiva à novidade. A continuidade da *pólis*, no sentido de constitutivo é, assim, curiosamente, a ruptura recorrente das formas de convivência que nos são sempre dadas. Esta tensão materializa-se no conflito entre as diferentes posições em disputa nos nossos marcos de coexistência. A fratura atravessa toda a totalidade social, anulando qualquer tentativa de estabilização definitiva de um determinado estado de coisas na ordem do comum. O fio de Ariadne da história política é, portanto, a luta - a favor e contra - em torno de uma certa distribuição do poder. Será que a crise da Covid-19 vai provocar uma mudança na ordem vigente de distribuição do poder?

A própria possibilidade de uma experiência partilhada por toda a humanidade devido à emergência sanitária, no sentido que apresentamos anteriormente, encontra a sua razão de ser em um mundo em que o nível de interdependência se multiplicou exponencialmente nas últimas décadas, borrando a distinção entre o nacional e o internacional, cuja referência fundamental era o Estado nacional como eixo das relações de poder existentes. A dissolução desta dicotomia reflete uma depotenciação dos centros capazes de coordenar e canalizar o conflito político, que é o papel que os Estados têm tradicionalmente desempenhado com diferentes graus de sucesso. No jogo assimétrico de interesses e exigências, os Estados procuraram, com maior ou menor sorte, organizar a totalidade social segundo regras que permitissem a elusiva, nunca conseguida de uma vez por todas, estabilidade que se deseja como marco de convivência. Neste sentido, as diferentes exigências sociais, econômicas e políticas sempre constituíram linhas de fuga a esta função homeostática do Estado, que sempre foi obrigado a reorientar para um concerto pacífico de interesses. A cooptação deste poder regulador pelas oligarquias sempre significou o seu fracasso, porque anulou a sua operatividade sistêmica. Ao mesmo tempo, o âmbito internacional é um cenário ainda mais incerto, onde os Estados reprogramam a luta de interesses internos em uma outra escala, onde já não atuam como árbitros, mas como partes. Neste ponto, as alianças e os confrontos entre Estados reproduzem a dinâmica competitiva em termos de coligações em torno de um *hegemon* ou coletivo com interesses comuns.

Nitidamente, a progressiva desnacionalização dos poderes privados, que procuram por todos os meios contornar os marcos regulatórios estatais, compromete a força estabilizadora tradicionalmente atribuída ao Estado. Já não se trata simplesmente das práticas de privatização do poder público por parte de atores com interesses em jogo, mas sim de uma perda de influência real, em termos de direito e de capacidade de agência, dos próprios Estados. Estas tendências dissolventes, exacerbadas pela crise de 2008, juntamente com outras dinâmicas regionais ou nacionais de ruptura, ao longo do globo, intensificaram o conflito político e social em todas as sociedades, em maior ou menor grau, sendo difícil encontrar, hoje, países que tenham sido capazes de evitar a instabilidade do novo ciclo político pós-crise e o aumento do populismo. Por outro lado, os processos de desnacionalização não têm seguido um padrão comum, criando janelas de oportunidade para o avanço de novas potências estatais no cenário

internacional, que têm sido capazes de tirar proveito destas dinâmicas. Assim, após décadas de inquestionável hegemonia americana, a emergência da China como potência capaz de disputar a influência global dos Estados Unidos reativa a dialética dos Estados.

Este entrelaçamento do poder em todo o mundo constitui a humanidade como comunidade de risco. Em maior ou menor grau, o impacto da emergência sanitária e da crise econômica e social ameaça toda a humanidade. Embora, como advertimos, a tragédia nem sempre tem consequências políticas e, nesse sentido, é possível uma solução sistêmica que faça pequenos ajustes que não afetem o princípio da distribuição de poder que funciona como semente das desigualdades que assolam o nosso mundo e as nossas sociedades. Mas, por outro lado, a trágica experiência da pandemia e seus efeitos podem mobilizar uma dinâmica política renovadora, que defenda uma nova constelação de forças em resultado da crise. A improvável cadeia de interesses globais não exclui, contudo, alianças estratégicas entre territórios e povos que beneficiarão a humanidade no seu conjunto.

As circunstâncias paradoxais da Europa são muito ilustrativas a este respeito. O grave impacto que a pandemia teve no Velho Continente foi agravado pela falta de insumos sanitários num mercado em colapso, cujos centros de produção se situam longe do território europeu. Após décadas de deslocalização industrial e de terceirização econômica, a encruzilhada do coronavírus levou a apelos para uma industrialização estratégica do continente. Além dos riscos de escassez observados, é incoerente importar para a Europa produtos fabricados com padrões laborais e ambientais inaceitáveis para a legislação europeia. Surge, assim, a necessidade de uma política coerente que não tolere estas práticas competitivas, que se aproveitam da pluralidade dos marcos reguladores existentes no planeta para aumentar os benefícios das empresas, empobrecendo, simultaneamente, as classes trabalhadoras europeias e perpetuando as injustiças através de práticas neoimperialistas nos países em desenvolvimento.

Além disso, o impacto desigual da crise nos países do Norte e do Sul da Europa exemplifica a realidade de uma comunidade de riscos partilhados num mundo altamente interdependente. A hecatombe econômica dos países do Sul pode pesar sobre as prósperas economias do Norte, que dependem fortemente dos fluxos de bens e capitais do mercado comum. Neste sentido, os maiores níveis de

interdependência geram cenários de alinhamento estratégico de interesses que, no caso da Europa, se traduzem na preservação da estrutura socioeconômica da União e do mercado comum. Este regime, altamente integrado na Europa, reproduz-se hoje em escala mundial e exige novos horizontes de solidariedade no declínio do poder regulamentador do Estado. Precisamente, a transnacionalização das relações de poder, bem como dos interesses e expectativas, abre a porta para novas formas de governo capazes de responder a estes desafios. É difícil saber antecipadamente se as atuais circunstâncias podem abrir um horizonte político a este respeito. Depende, provavelmente, de a tragédia ser vivida como ponto de partida para uma nova ordem de coisas; uma ordem que afaste os líderes políticos das estreitas esferas de interesse em que se movem e abra a porta às novas exigências de uma cidadania cada vez mais global.

A gravidade de uma pandemia na memória da humanidade, o seu lugar na história, como tantos outros acontecimentos, não podem ser conhecidos de antemão. O que diferencia a história da historiografia é a sua dimensão narrativa, que não se reduz a uma simples sucessão de acontecimentos, mas que, pelo contrário, abriga um poder hermenêutico que se atualiza no presente como condição para a possibilidade de a vivência humana em um universo de significados. Por isso, tão importantes como as causas do acontecimento são as consequências; só a partir delas podemos interpretar a sua verdadeira relevância histórica e, portanto, o seu verdadeiro lugar na arquitetura do mundo comum. Neste momento, conseqüentemente, só podemos adivinhar um leque de possibilidades que se abrem a partir de um acontecimento cujo destino permanece desconhecido. Nesta perspectiva, o evento não é, de momento, mais do que uma possibilidade; a possibilidade de ser vivido como uma experiência politicamente relevante. Resta saber se será de fato esse o caso.

A história política tendeu sempre a preservar a memória das revoluções triunfantes e a esquecer - não sem exceções - as grandes derrotas, que permanecem no beco sem saída de possibilidades que nunca chegaram a existir. Apesar de tudo isto, também se encontram nos fracassos as sementes de um futuro ainda incerto. A crise atual abre o horizonte que resulta de uma novidade vivida como comunidade humana. O curso desta experiência partilhada de vulnerabilidade e dependência ainda está por vir. O que é certo, em todo o caso, é que, quer seja um sucesso ou um fracasso como experiência política, a semente de novidade que introduz não ficará indiferente.